



ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DA PARAÍBA DE 2025

31 de Outubro de 2025

Horário: 9h

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na cidade de Cajzeiras/PB, deu-se início a VI Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba - CONSECULT PB/2025, sendo presidida pelo Presidente deste Conselho, Pedro Daniel de Carli Santos, e eu, Larissa Maria da Silva Costa, como Secretária Administrativa.

Presentes à Reunião, os Conselheiros Milton Dornellas Bezerra Junior, Sofia Dias de Almeida Roque, Rodrigo Isidro Gomes Queiroz, Érika Catarina de Melo Alves, Joálisson Dias Cunha, Vilma Cazé da Silva, Bia Cagliani de Oliveira e Silva, Roberta Livia de Sousa, Jamil José Camilo Richene Neto, Naldira Ferreira Vasconcelos, Joilson Custódio da Silva, André de Oliveira Costa, Hiury Évines de Souza Lucena, José Adailton Nunes, Genaldo da Silva Lima, Luiz Torres Cacao e José Abimael da Silva.

PAUTA:

1. Abertura da sessão e conferência de quórum

O Presidente **Pedro Santos**, após a conferência de quórum, deu início a **VI Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba**.

2. Expediente

O Presidente iniciou o expediente informando que por mais um ano a Paraíba é o primeiro Estado a receber os recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

Assim foi na Lei Paulo Gustavo e assim está sendo na Política Nacional Aldir Blanc, na primeira e na segunda edição. Informou também, que ontem, foi realizado na cidade de Campina Grande, um importante Encontro com Representantes da Rede Estadual de Educadores de Museu, a REM, que é formada por instituições como a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Estadual da Paraíba, Fundações como a Fundação Pedro América, a Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão - FURNE, que representam também museus, coleções visitáveis e houve reunião para decidir como é que será implementado o Sistema Estadual de Museus. Já há um valor definido para isso e a reunião de ontem foi, portanto, para definir o plano de ação que vai levar ao início efetivo de um sistema que busque integrar os museus da Paraíba, qualificar tecnicamente os profissionais que atuam nesses museus e estimular a melhoria desses equipamentos. Logo, na reunião foi tratado sobre trabalhar uma política de dotar os museus com estrutura tecnológica.



Então, haverá, por exemplo, ao longo do ano de 2026 um edital para fazer a implementação dos softwares nos museus da Paraíba. Cada museu vai receber um computador, esse computador virá com dois softwares, o Tainacan, que é o software de catalogação de acervo e outro software para agendamento de visitas. Irão receber também impressoras e câmeras fotográficas para fazer a catalogação do acervo, formação dos quadros técnicos para realizar a catalogação do acervo e uma série de outras atividades. E isso tudo foi pactuado em reunião, ouvindo, dialogando e construindo consenso. O Presidente enfatizou ainda que é motivo de muito orgulho que a Paraíba seja o primeiro estado da federação que concluiu os processos licitatórios dos Céus da Cultura. João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Sapé, Esperança, Campina Grande e Patos são as cidades que receberão, cada uma o seu respectivo **Céu da Cultura**. Então é uma notícia também importante porque vislumbra mais equipamentos culturais na Paraíba. E finalizou dizendo que até o dia 21 de novembro estarão abertas as inscrições para o Biênio 2026/2028 deste Conselho. [SEP]

O **conselheiro Jilson Custódio** trouxe ao Conselho a atualização de que foi retomada a articulação do Fórum de Cultura do Brejo Paraibano. E que nesse mês de outubro reuniu-se uma turma do Brejo Paraibano, contando com gestores, artistas, conselheiros, e comungaram do mesmo pensamento de construir, um Fórum de Cultura do Brejo Paraibano como instância de cultura, assim como existe o Fórum de Turismo. Então aconteceu a primeira reunião, que foi muito produtiva, na qual foi formada uma comissão que vai fazer o processo de construção do estatuto. Para tanto, houve como parceria o próprio conselho, o próprio fórum de turismo também e o BNB também se dispôs a colaborar. [SEP]

O **conselheiro Kennedy Franklin** agradeceu a todos que estiveram no 4º Festival Indígena, um momento muito importante para a cultura indígena e o povo potiguara, na qual ele foi junto com a Associação dos Caciques, com o Cacique Elias e Cacique Sandro, agradeceu pelo convite e pelo empenho da SECULT com o Festival e, também, fez um pedido, um pleito que é de todos que fazem o festival, para que ano que vem esse evento seja em dois dias, uma vez que a demanda está ficando muito alta, muitos grupos estão se inscrevendo e a dinâmica está ficando muito rápida.

O **conselheiro Genaldo Lima** trouxe o informe de que esteve em João Pessoa nesse final de semana, e visitou o Centro histórico, o Museu da História da Paraíba, e parabenizou o esforço do Governo do Estado, da Secretaria de Estado da Cultura. E aproveitou a fala do Secretário a respeito do trabalho nos museus e trouxe a ideia de ter o Museu da Pessoa Sertaneja. Enfatizando que no museu há a história da Paraíba e com certeza vão ter exposições sobre a história do sertão e das dos indígenas também do sertão. Mas que também é válido um museu aqui do sertão, da colonização do sertão e dos nossos antepassados e dos povos originários aqui do sertão. Genaldo informou que trouxe um troféu de um evento que ocorreu nesse final de semana em Catolé do Rocha, Ginga no sertão, um evento voltado à capoeira, em que o Mestre Pelado fez pela primeira vez um grande evento de capoeira com recursos da Política





Nacional Aldir Blanc, tendo sido um evento que foi contemplado pelos editais do primeiro ciclo da Aldir Blanc e foram convidados mais de sete mestres de capoeira de toda a região, outros estados, em que mais de 60 alunos do mestre Pelado foram beneficiados por esse projeto, tiveram fardamento completo, mudança de cordão e o próprio mestre pelado, que era contramestre de capoeira, agora virou mestre. E muitas famílias foram beneficiadas, rodas de capoeira em toda a cidade e assim se vê os recursos da Aldir Blanc chegando como nunca chegaram na cidade. Convidou todos para nos dias dia 11, 12 e 13 de dezembro, participarem do Segundo Curta Catolé, que também foi contemplado pela Política Nacional Aldir Blanc. Na oportunidade será lançado o filme de Ed Júnior, o filme sobre o Instituto Beradeiro. [SEP]

O conselheiro José Adailton falou que foi realizada a I Mostra Cultural do Engenho de Timbaúba, nos dias 17, 18 e 19 de outubro, na cidade de Serra Grande, com recursos da PNAB, com várias atrações, como forró e banda de pífano, palestras sobre artesanato, captação de recursos de cultura, banda cabaçal, visita guiada ao engenho timbaúba, degustação de produtos da cana de açúcar, como mel, rapadura, batida, ou seja, todos os produtos derivados da cana de açúcar. E falou que Serra Grande está com o Museu quase pronto para ser inaugurado, o Museu do povo Tupi.

O conselheiro Luiz Torres Cacau informou que semana passada ocorreu a Feagros, em Sousa, e dentro dessa estrutura da Feagros, ocorreram as amostras de circo, teatro itinerante do grupo Teatro Oficina, que completa 45 anos. E que isso aconteceu graças a uma estrutura de apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura, da Câmara Municipal de Vereadores, da FUNESC, da Prefeitura de Sousa. Informou que está acontecendo aqui em Cajazeiras uma amostra importante de cinema, que é a Mostra Açude Grande de Cinema, no próximo final de semana, ocorrerá de 05 a 08 de novembro, a 14ª Mostra Acauã, na cidade de Aparecida. E de 20 a 23 de outubro, na cidade de Sousa, ocorrerá a Semana Municipal de Capoeira.

O conselheiro Adriano informou que na cidade de Pilar, estão acontecendo as oficinas voltadas ao processo de Curta Metragem de Filme, que nesse momento está acontecendo a oficina de câmera e fotografia que envolvem jovens da periferia, não só de Pilar, mas das cidades circunvizinhas como Pilar, São Miguel de Taipu, Juripiranga e Itabaiana e que este é um projeto aprovado pelo Edital do Fomento. Parabenizou a companhia Mostra Açude Grande de Cinema, DespertArte da cidade de Pilar, que está com dois curtas metragens nos festivais, inclusive tem um aqui no festival de cinema de Cajazeiras. Por fim, chamou a atenção do Agente Territorialista das cidades que compõe Pilar, São Miguel de Taipu, que não se manifestou ainda esse agente para uma reunião nessas cidades. Não sabe-se ainda quem é a pessoa, não se apresentou.

O conselheiro Dimas agradeceu a massa cultural, os agentes culturais do Curimataú, a confiança que a ele foi dada ao representá-los nesse quarto mandato, como conselheiro da sociedade civil eleito. Solicitou o registro em Ata dos 25 anos da Sociedade Aliança de Desenvolvimento, que tem um histórico muito importante nessa frente de mobilização dos agentes culturais naquela regional e também deixar





registrado aqui, pelo lado histórico, pelo lado do patrimônio cultural, é a comemoração do centenário da Igreja Assembleia de Deus da cidade de Cuité, que representa também o centenário dos primeiros evangélicos da Regional do Curimataú e do Seridó. O **conselheiro Milton Dornellas** falou sobre o PRIMA, e o esforço que é feito para manter suas funções ativas contribuindo para a juventude paraibana. Explicou que o PRIMA faz parte de uma rede de música reflexiva no Brasil e que agora se estende também pra América Latina. Informou que agora em outubro, o PRIMA foi convidado pela FUNART e Ibero Orquestra Juvenil para participar de um encontro Ibero-americano de gestores de orquestras sociais e juvenis com presença do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Uruguai, Venezuela e dentro do Brasil, muitos projetos importantes. Informou também, que foi convidado para participar de duas mesas para tratar de temas de interesse para esse segmento, a convite da FUNART para que possa, a partir dessa escuta, trabalhar políticas públicas para o Brasil, para esses segmentos e também promover intercâmbios com esses países que trabalham com a assistência através da música para a juventude desses locais. O conselheiro convidou a todos e todas para o **Grande Concerto do Prima 2025**, que vai ser realizado no dia 22 de dezembro de 2025, às 19 horas, no Teatro Pedra do Reino, que contará com a participação de jovens de 14 municípios, totalizando uma orquestra de 22 músicos além da participação de 60 coralistas.

A **conselheira Bia Cagliani** informou quer hoje vai acontecer mais uma edição do projeto Fora de Hora do Memorial Abelardo da Hora, no Espaço Cultural e esse projeto convida artistas, dessa vez o convidado é a marcenaria de Olinda, para dialogar com as obras que já estão lá. A exposição vai agora do dia 31 de outubro, também poderá ser exibido no Cine Teatro São José, que chegou equipamento novo. Informou que se está em fase de contratação da FUNETEC, que é a fundação que vai fazer a seleção dos técnicos que vão trabalhar lá, que vão compor a equipe técnica. E estão sendo finalizados também o cadastro na ANCINE, por esse motivo que a ainda não começou oficialmente. De fato, serão realizadas algumas sessões especiais com o catálogo do curta Banguê e dois no Cine Teatro São José, além de algumas outras sessões especiais, mas devido a burocracia toda que envolve o cadastro na ANCINE, ainda não se pode realizar sessões comerciais, cobrar ingresso, como é feito no Cinebanguê. Convidou todos e todas para, entre os dias 06 e 09 de outubro estarem lá no Espaço Cultural, em que será realizada junto à Secretaria de Cultura e ao Movimento Hip hop Paraíba, a última etapa do circuito Hip Hop Paraíba. começou aqui em Cajazeiras e informou que agora em novembro a Orquestra Sinfônica fará 80 anos, que serão comemorados com um Concerto especial lá no Teatro Santa Rosa, dia 20 de novembro. Trouxe, ainda, a informação de que está sendo lançado um novo projeto esse ano, selecionado por edital, para solos de dança em construção. E as apresentações desses processos vão acontecer agora dia 15 e 16 de novembro.

O **conselheiro André Costa** parabenizou o Governo do Estado da Paraíba, a Secretaria de Estado de Cultura e a FUNESC, porque ele esteve presente, in loco, e viu a entrega





da reforma da sala de cinema do Cine Teatro São José. E que foi feita uma revitalização também no prédio. Falou sobre a exibição de filmes que foram colocados lá e deixou claro que percebeu a felicidade de produtores locais por ter seu filme sendo exibido naquela sala, com uma reinauguração, uma reabertura, lembrou, ainda, que a cidade de Esperança esse ano completa 100 anos, e quis deixar registrada que finalmente foi feito o início da adesão da criação do Sistema Municipal de Cultura, a criação do Departamento de Cultura e Turismo e os dois conselhos e futuramente os fundos respectivos. O conselheiro informou que há na cidade de Esperança dois patrimônios reconhecidos de forma municipal e estadual. Um deles é a Boneca Esperança e o outro é a Capelinha das Pedras e que são as duas referências culturais que a cidade tem, falou também que Esperança realizou o primeiro Fórum Municipal de Cultura.

O conselheiro Bira Delgado trouxe o informe de que no dia 17 de novembro a Secretaria de Cultura está organizando um encontro com ato público e um encontro de forrozeiros de todo o Estado da Paraíba, de todas as regiões, que tem o objetivo de fazer esse ato público junto com a Assembleia Legislativa, para entregar formalmente ao IPHAN o pedido do registro do forró como patrimônio da humanidade, porque são os órgãos oficiais do Brasil que fazem isso junto com a sociedade civil, para a UNESCO que é o órgão internacional que cuida dos patrimônios mundiais. Nesse caso o forró está no processo já para isso, já houve duas caravanas, do ano passado e desse ano junto à UNESCO e um Festival Internacional de Forró, na cidade do Porto. O conselheiro informou que esse movimento puxado pela Paraíba, pela Secretaria de Cultura, mas todo o Nordeste abraçou através do Consórcio Nordeste e da Câmara de Cultura do Consórcio. A Paraíba quem tomou a iniciativa porque foi o proponente do pedido ao IPHAN como registro nacional. E novamente foi a Paraíba a proponente do pedido a UNESCO para o forró com patrimônio da humanidade. Informou, ainda, que esse ato acontecerá dia 17 para formalizar com todos os forrozeiros da Paraíba, produtores, admiradores do forró, através de cortejo próximo ao Teatro de Santa Roza.

A conselheira Vilma Cazé trouxe o informe de que o MEC e o MINC lançaram o programa Arte e cultura nas escolas, na educação de tempo integral, e a Secretaria de Cultura conseguiu colocar uma proposta, aderir ao programa no prazo primeiro estipulado e que nesse momento está sendo aguardada a avaliação do programa e prováveis ajustes e nesse momento de ajuste, a Conselheira convidou a Câmara de Educação para que sejam parceiros nesse processo de ajuste desse programa que é muito importante para todo o Brasil, e para a Paraíba. Os estados estão recebendo um milhão de reais, para executar esse programa e a Paraíba conseguiu colocar uma proposta lá.

O conselheiro HiuryÉvines trouxe o informe de que atuou junto ao projeto, na realização da primeira amostra de Engenho Timbaúba, que ocorreu em Serra Grande e que a partir deste trabalho começou a ser desenvolvido um trabalho junto aos bacamarteiros da região que estavam naturalmente em declínio, dada a extinção a escassez de novos bacamarteiros, mas que agora está sendo feita uma retomada do





patrimônio dos bacamartes da região. O conselheiro falou a respeito da possibilidade da devolução dos recursos dos impostos que foram retidos nos primeiros editais. Nos primeiros editais da PNAB, houve a retenção de impostos como era natural, lembrou que tempos depois, surgiu um parecer do Ministério da Cultura que dizia que não era para ter a retenção de imposto nenhum. Tanto é que os outros editais já foram sem desconto. Os primeiros editais que tiveram a retenção, eles podem ser devolvidos? Esses impostos podem ser devolvidos? Primeira coisa, foi informado que se precisa fazer uma consulta ao jurídico para diante de um parecer técnico poder saber como fazer e estabelecer um plano de entender qual foi o valor de cada recurso e para deixar para o final uma estratégia de devolução desses impostos. Mas isso é importante porque tiveram, nos primeiros editais, por exemplo, projeto de R\$ 20.000 que foi aprovado, que foi recebido 15.000 e alguns quebrados. Então, quase 5.000 ficou de imposto e o Estado estava fazendo o certo naquela ocasião, porque não tinha arcabouço jurídico suficiente para não descontar. Então, agora a se precisa entender isso. Se não é para descontar, tem como devolver? É necessário estabelecer um plano estratégico para isso. Ao final de todos os editais, antes de fazer a inclusão do que sobra na conta nova. Isso é urgente, visto que teve artesanato que ganhou no artesanato vivo R\$5.000,00 e teve aproximadamente R\$500,00 reais de desconto. O conselheiro também questionou sobre qual é a possibilidade de utilizar parte desse saldo, sobretudo de rendimentos, para chamamento de suplentes do edital de fomento? Sugeriu que este conselho edite uma resolução e edite uma normativa para que se tenha a garantia de valores dentro dos rendimentos para o chamamento de suplentes, considerando principalmente que no edital de fomento, em muitas regionais, ficaram de fora projetos com mais de nove pontos. Por fim, questionou quando, como e quanto será o regresso dos birôs criativos.

3. Ordem do Dia

a. Aprovação da ata da V Reunião Ordinária [L] [SEP]

A ata foi aprovada por unanimidade. [L]
[SEP]

b. Panorama do Ciclo 1 – PNAB e Editais do Ciclo 2 – PNAB

Relator: Jamil Richene

O conselheiro Jamil Richene iniciou sua fala informando que, alinhado com o Secretário Pedro Santos e respondendo às perguntas recebidas, os birôs criativos serão retomados a partir de segunda-feira, 15 de dezembro de 2025. Na sequência, Jamil apresentou um panorama detalhado sobre os recursos do Ciclo 1, baseando-se nos números já citados anteriormente na ata. Ele destacou que o recurso referente ao Ciclo 1 foi recebido em 2024, possibilitando o lançamento de diversos editais ao longo do mesmo ano. Cada Edital contou com valores previstos para premiação, além dos valores que foram efetivamente pagos. Para facilitar a dinâmica da reunião, os números individuais de cada edital não foram detalhados durante a fala, mas os participantes foram convidados a fazer perguntas caso desejassem informações mais específicas.





Valores dos Recursos e Pagamentos Efetuados: O valor total previsto para os editais era de R\$ 8.300.000,00, sendo pagos efetivamente R\$ 7.195.000,00 em 2024; Para a contratação de pareceristas, o valor previsto era de R\$ 477.000,00, com pagamentos realizados no montante de R\$ 247.185,00; Referente ao sistema Prosas e ao primeiro repasse para a Funetec, vinculado aos birôs criativos, o valor previsto era de R\$ 1.450.000,00, sendo pagos R\$ 1.220.518,63 em 2024.

Resumo Financeiro do Ano de 2024: O total recebido do Ministério da Cultura (MINC) em 2024 foi de R\$ 23.810.380,00; Durante o ano, houve um rendimento de R\$ 5.708,58; A soma dos valores pagos em 2024 foi de R\$ 8.311.818,63; A diferença entre recursos recebidos e pagos, ou saldo acumulado, foi de R\$ 30.933.23,75, que será transferido para o próximo exercício.

Após apresentar o panorama financeiro e operacional, Jamil Richene abriu espaço para perguntas, dúvidas e deliberações sobre os temas apresentados, destacando a disponibilidade para esclarecimentos sobre os pontos tratados.

Ao finalizar o balanço do ano de 2024, o conselheiro destacou que o saldo em conta permitiu a realização de uma força-tarefa em 2025, com o objetivo de atingir a meta de 60% de execução dos recursos. Essa mobilização resultou em diversas ações e programas que, embora previstos em 2024, foram efetivamente realizados em 2025. Dentre essas ações, destacam-se: Programa Sala de Arte; Prêmio dos Espaços Culturais; Prêmios dos Pontos e Pontões de Cultura; Prêmios Patrimônio Vivo; Paraíba Junina 2025; Prêmio Cultura Popular; Edital de Fomento; Bandas Filarmônicas e fanfarras; Temporada Brasil-França; Caravana Paraíba; Hip-hop; Arte na Bagagem; Prêmio Paraíba Folia; Edital Fomento; Edital de apoio a publicações literárias. A análise contempla diferentes iniciativas, como o Centro de Referência do Hip Hop Paraibano, o curso de produção junina, e diversas ações culturais e de fomento. A seguir, detalha-se a situação de cada programa:

- Sala de Arte: Finalizada quanto ao repasse do recurso.
- Espaços Culturais: Finalizados.
- Pontos e Pontões: Finalizados.
- Patrimônio Vivo: Finalizado.
- Paraíba Junina: Finalizado.
- Culturas Populares: Finalizado.
- Edital de Fomento de Bandas e Fanfarras: Finalizado.
- Temporada Brasil França: Finalizada.
- Caravana Hip Hop: Embora em execução, considerada finalizada após realização de TED para FUNESC, que viabilizou a última edição em João Pessoa.
- Arte da Bagagem: Primeira chamada finalizada; segunda chamada em fase final de pagamentos aos contemplados.



- Paraíba Folia: Chamamento de suplentes realizado, conforme alinhamento com o conselho. Era o único prêmio sem suplentes convocados até então.

O saldo inicial para o exercício de 2025 era de R\$ 30.932.993,75. Até o momento dareunião, foram pagos R\$ 27.566.379,73, restando uma diferença de R\$ 3.365.914,02. O saldo em conta, considerando pagamentos pendentes e previsões, é de R\$ 688.958,97. Alguns processos seguem em andamento, como pagamentos previstos para suplentes do Paraíba Folia e quitação de dívidas relacionadas ao FIC, que não possuía contrato ativo com a EPC. O acompanhamento desses processos é fundamental para garantir transparência e cumprimento das obrigações financeiras. Foi destinado o valor de R\$ 15.000,00 para os pareceristas do edital literário. Já a Funetec recebeu R\$ 354.695,70. Após todas essas deduções, o saldo final disponível em conta é de R\$ 1.511.281,03. Atendendo à sugestão do conselho, está previsto o chamamento dos suplentes do edital de fomento. Existe uma sobra específica de R\$ 425.000,00, resultado das mudanças metodológicas nas avaliações do edital, onde candidatos que não apresentaram documentação foram desclassificados, gerando esse excedente. Somando todos os valores disponíveis, o saldo total chega a R\$ 1.936.281,03, que poderá ser distribuído conforme deliberação do conselho.

Proposta de Distribuição por Categoria

Categoria	Valor por Projeto	Total	Nº de Projetos
A	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00	5
B	R\$ 50.000,00	R\$ 1.000.000,00	20
C	R\$ 25.000,00	R\$ 436.281,00	17

A quantidade de projetos a serem chamados depende da aprovação do conselho sobre essa divisão, que busca atender às necessidades apresentadas. A divisão dos projetos contempla diferentes regionais e cotas, garantindo ampla concorrência, inclusão de pessoas negras e indígenas. Os detalhes são:

Categoria A: 5 projetos distribuídos entre a 1ª, 2ª, 3ª e 12ª regional, com cotas para ampla concorrência e pessoa negra. Categoria B: 20 projetos, sendo 7 na 1ª regional (4 ampla concorrência, 2 pessoas negras, 1 indígena), além de projetos nas demais regionais com distribuição de cotas. Categoria C: 17 projetos, com predominância na 1ª regional (3 ampla concorrência, 2 pessoas negras, 1 indígena), e distribuição nas demais regionais, exceto a 4ª e 11ª.

O panorama apresentado atende à demanda do conselho. O grande desafio é deliberar sobre o chamamento dos suplentes do edital até 31/12/2025, visto que não há deliberação do Ministério da Cultura sobre a utilização do recurso para 2025 e 2026. Caso não haja encaminhamento, será necessário devolvê-lo, o que se busca evitar. Os



demonstrativos de avanços são significativos na execução dos projetos culturais, com a maioria finalizada ou em fase de conclusão, especialmente no que se refere aos repasses e pagamentos. O acompanhamento dos editais e a operacionalização das etapas pendentes seguem como prioridades para o conselho gestor. Por fim, foi destacada a importância do trabalho da equipe da Secretaria de Cultura, reconhecendo o empenho de todos os servidores envolvidos, que contribuem para manter a Paraíba em destaque nacional. Ao final do primeiro ciclo, o saldo em conta da PNAB reflete tanto a origem dos recursos quanto sua movimentação ao longo do período. Os valores foram provenientes de fontes estaduais e federais, rendimentos bancários e aportes vinculados aos editais culturais. A análise do saldo permite identificar projetos que foram planejados, mas não executados, seja por questões administrativas, técnicas ou por falta de demanda qualificada, evidenciando a necessidade de revisão dos critérios de seleção e acompanhamento.

A execução dos projetos culturais apresentou avanços significativos em iniciativas como o Centro de Referência do Hip Hop e o Paraíba Junina, que conseguiram mobilizar comunidades e fortalecer expressões culturais locais. Contudo, alguns projetos permaneceram em andamento ou foram parcialmente executados, demandando revisão dos cronogramas, reavaliação das metas e maior articulação entre proponentes e órgãos gestores. A análise minuciosa desses processos é fundamental para garantir maior efetividade nos próximos ciclos.

Durante a execução do ciclo um, foram identificadas despesas não previstas inicialmente, como gastos adicionais com imprensa oficial, divulgação institucional e propostas emergenciais encaminhadas pela Secretária de Cultura. Tais custos impactaram o orçamento e exigem a inclusão de mecanismos de previsão e contingência nos futuros planejamentos, garantindo maior flexibilidade e segurança financeira. A distribuição dos recursos por mesorregiões e microrregiões foi analisada, evidenciando vantagens como a descentralização das ações e o fortalecimento de territórios culturais menos atendidos. No entanto, desafios persistem, como a definição de critérios justos e a necessidade de dados atualizados sobre demandas locais. Propõe-se a revisão do modelo atual, ampliando o diálogo com lideranças regionais e incorporando indicadores socioeconômicos e culturais que orientem uma alocação mais equitativa dos investimentos.

Este relatório está aberto a contribuições e sugestões, reafirmando o compromisso da PNAB com uma gestão cultural democrática e inclusiva.

A distribuição de recursos e vagas em editais culturais é um dos principais desafios enfrentados pelos conselhos de políticas culturais. A busca por equidade, descentralização e transparência demanda metodologias claras e regras pré-estabelecidas, especialmente diante das discussões sobre projetos de diferentes valores (R\$ 25.000, R\$ 50.000 e R\$ 100.000), critérios de suplência, e a necessidade de regionalização — com atenção à divisão por mesorregiões e à exclusão de grandes cidades como João Pessoa e Campina Grande. Este plano estratégico tem como



objetivo orientar e qualificar as deliberações do conselho, promovendo a distribuição proporcional dos recursos remanescentes, evitando concentração regional e fragmentação excessiva dos editais. A exclusão de polos como João Pessoa e Campina Grande pode ser uma estratégia para promover a descentralização, desde que acompanhada de critérios claros; Serão 7 microrregiões: Catolé do Rocha, Cajazeira, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Princesa Isabel. Dividir recursos proporcionalmente entre mesorregiões, com base em indicadores como população, número de agentes culturais e histórico de participação. A fragmentação dos editais pode aumentar o número de vagas e diversificar os perfis contemplados, mas também pode diluir o impacto das ações e dificultar a gestão. É necessário avaliar continuamente os efeitos dessa fragmentação. Este plano propõe caminhos para aprimorar as deliberações do conselho, fortalecer a regionalização e garantir que todas as regiões tenham acesso equitativo aos editais.

O próximo ciclo deve priorizar a avaliação das metodologias adotadas, a revisão das regras pré-estabelecidas e o fortalecimento do diálogo entre os membros do conselho, sempre com foco na promoção da diversidade e democratização das políticas culturais. No entanto, é fundamental que não se repitam situações como a ocorrida anteriormente no edital de quadrilhas, em que recursos destinados a uma regional acabaram sendo transferidos para outra. Isso gerou insatisfação e sensação de injustiça entre os participantes, pois o correto seria que os recursos permanecessem na regional de origem, salvo casos em que não há projetos suficientes e, nesse contexto, seja necessário realocar para garantir o pleno aproveitamento dos recursos.

A proposta de separar João Pessoa e Campina Grande em bolsas próprias e direcionar os demais editais por segmento pode contribuir significativamente para ampliar o acesso e promover equidade. Além disso, é importante considerar critérios como população, Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para que o desenvolvimento cultural alcance áreas historicamente menos favorecidas. Dessa forma, o conselho pode deliberar sobre a divisão mais estratégica, equilibrando demanda e necessidade de investimento, e garantindo que regiões como o Sertão e o Cariri não fiquem sempre à margem do desenvolvimento cultural.

Por fim, é válido destacar o esforço da equipe da SECUT nos últimos meses, resolvendo pendências do ciclo anterior e acelerando os preparativos para o ciclo dois. O compromisso coletivo e o planejamento são essenciais para avançar numa gestão democrática e descentralizada dos recursos culturais, beneficiando toda a diversidade regional do estado.

Por outro lado, existem tipos de editais que registram demanda altíssima, evidenciando a necessidade de uma análise aprofundada para garantir que a distribuição seja compatível com o interesse e participação dos agentes culturais locais. Esse contraste entre regiões sem demanda e segmentos com alta procura reforça a importância de ajustar os critérios de alocação, promovendo maior efetividade e aproveitamento dos





396 recursos.

397 Para avançar em uma gestão democrática e descentralizada dos recursos culturais, é
398 fundamental que haja compromisso coletivo entre os envolvidos e planejamento
399 estratégico. Somente assim será possível beneficiar toda a diversidade regional do
400 estado, assegurando que as políticas culturais atendam de forma equitativa às
401 necessidades e potencialidades de cada área contemplada.

402 O Conselheiro **Hiury Évines** apresentou uma observação e, eventualmente, uma
403 sugestão com vistas ao aprimoramento do processo em questão. É fato incontestável
404 que, ao se seguir a regra natural do edital, a divisão dos recursos tenderia a ser mais
405 equitativa, sendo reconhecida a qualidade do trabalho realizado até aqui. Contudo, é
406 necessário observar que há casos em que determinadas regionais apresentam projetos
407 no valor de R\$ 100.000 que permanecem na primeira suplência, como ocorreu em
408 Serra Grande, ao passo que existe um montante de R\$ 500.000 que não será
409 distribuído de forma uniforme por todas as regionais. Na prática, verifica-se que há
410 cinco projetos que, naturalmente, não alcançarão todas as 12 regionais.

411 O conselheiro Joilson Custódio avaliou e não concordou com a sugestão, alegando que
412 tal posicionamento de manter os critérios de desempate revela-se essencial para
413 assegurar a segurança jurídica e preservar a credibilidade do processo seletivo.
414 Alterações nas regras durante a execução do edital podem lançar dúvidas entre os
415 participantes e comprometer a confiança na gestão dos recursos culturais. Assim,
416 recomenda-se que eventuais modificações e aperfeiçoamentos ocorram apenas nos
417 próximos ciclos, fundamentados na avaliação dos resultados e lições aprendidas,
418 garantindo transparência e respeito às diretrizes previamente estabelecidas.

419 Ademais, a observância rigorosa dos critérios de desempate e da quantidade de
420 projetos por categoria, conforme previsto em edital, proporciona clareza aos
421 proponentes quanto ao funcionamento do processo, evitando interpretações
422 divergentes e potenciais questionamentos. Dessa forma, o fortalecimento do sistema
423 se apoia, também, na observância das normas, assegurando que o procedimento seja
424 justo e imparcial para todos os agentes culturais envolvidos. É com elevada
425 consideração que se inicia a apresentação do ciclo dois da Política Nacional Aldir Blanc
426 no Estado da Paraíba. Conforme ressaltado pelo Secretário Pedro, a Paraíba tem se
427 destacado nacionalmente, sendo pioneira ao apresentar o PAAR, o que reflete um
428 compromisso exemplar com a gestão pública transparente e eficiente. Importa
429 sublinhar que esse êxito não é apenas resultado da atuação governamental, mas
430 decorre do engajamento do conselho, cujos membros têm demonstrado dedicação e
431 rigor no cumprimento de todas as etapas e pautas previstas, sendo dignos de
432 reconhecimento pela sua atuação.

433 No âmbito do planejamento, merece destaque o relatório elaborado a partir da
434 orientação do conselho, que impulsionou a realização de reuniões técnicas junto aos
435 múltiplos segmentos culturais. Tal iniciativa revelou-se vital para a escuta qualificada
436 das demandas e contribuiu substancialmente para a formulação dos editais



subsequentes, evidenciando o compromisso com a inclusão e o diálogo transversal entre todos os agentes culturais envolvidos.

Digno de nota é a criação de um calendário de reuniões, que garantiu ampla participação e permitiu que cada conselheiro indicasse datas para envolvimento nos encontros técnicos. Tais reuniões contemplaram representantes dos ciclos carnavalescos, juninos, povos quilombolas, indígenas, ciganos, artes cênicas, música, audiovisual e literatura, além de visitas presenciais a municípios como Souza, Pombal e Rio Tinto. O esforço coletivo foi imprescindível para reunir subsídios e orientar as deliberações do plenário acerca dos encaminhamentos do ciclo dois.

No tocante aos editais de fomento, enfatiza-se que, neste ciclo, serão trabalhadas concessões de bolsas – Cultura Viva, Arte na Bagagem e Literatura –, seguindo modelo que valoriza os autores e escritores não apenas com a publicação, mas, igualmente, com o reconhecimento financeiro devido. Este aprimoramento responde à justa reivindicação dos agentes literários e reforça o compromisso do edital com a justiça e a equidade. Outro ponto central refere-se à diferenciação entre proponente e concorrente. O proponente é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade legal pelo projeto, enquanto o concorrente é o artista, coletivo ou grupo que executa e é beneficiário direto da ação. Ressalta-se que, na avaliação de portfólio e histórico, a análise recairá sobre o concorrente, tornando o processo seletivo mais justo, sobretudo para aqueles profissionais de notório mérito que não dispõem de CNPJ.

Salienta-se, ainda, a obrigatoriedade do cadastro no Mapa Cultural, plataforma estratégica para assegurar transparência e organização dos processos. A gerência mantém diálogo constante com a CODATA para o aprimoramento dessa ferramenta, dispondo inclusive de profissional específico para a análise e atualização dos dados, visando maior eficiência e alcance dos resultados.

É fundamental destacar a vedação de contemplação múltipla em editais pelo mesmo proponente, medida que visa descentralizar os recursos e ampliar a distribuição dos benefícios. No ciclo anterior, houve casos de contemplação em até quatro editais, o que, embora permitido à época, será ajustado nesta etapa para promover equidade efetiva entre os participantes.

Serão publicados 12 editais, contemplando bolsas para mestres, autores, artistas, além de 208 bolsas e 469 projetos. Esse volume expressivo de processos demanda empenho extremo da equipe, mas é imprescindível para garantir que os recursos sejam distribuídos de forma abrangente, beneficiando toda a diversidade cultural do estado. Por fim, solicita-se ao conselho a deliberação sobre os pontos apresentados, com vistas a viabilizar a publicação dos editais ainda neste exercício, favorecendo a seleção e execução dos projetos no próximo ano. A manutenção de um calendário ajustado e transparente é indispensável para o êxito das metas estabelecidas e para a consolidação de uma gestão cultural democrática e descentralizada. Em resposta à pertinente observação do conselheiro Jamil sobre o Mapa Cultural, cumpre salientar



que a atualização e manutenção dessa plataforma revelam-se essenciais para garantir a lisura e a transparência dos processos seletivos vinculados aos editais estaduais. Constatou-se, nos últimos certames, que produtores culturais de municípios como Pilar, São Miguel de Taipu e demais cidades da 12ª regional efetuaram seus cadastros, mas, atualmente, não estão sendo localizados no sistema. Tal situação demanda rigor na atualização cadastral, sobretudo diante da obrigatoriedade do registro no Mapa Cultural para habilitação nos editais, medida recém-instituída como resposta a episódios anteriores de participação opcional.

Recomenda-se, portanto, que eventuais inconsistências ou ausências sejam comunicadas imediatamente à gestão responsável, que se compromete a proceder à verificação, indicar possíveis causas e, se necessário, orientar quanto ao recadastramento. Ressalte-se que essa diligência ampara a plena elegibilidade dos proponentes, assegurando condições equitativas no âmbito das políticas públicas culturais. É igualmente relevante destacar que existem diferentes plataformas de cadastro cultural – municipal, estadual e nacional – que não apresentam integração automática. Por conseguinte, torna-se imprescindível que artistas, produtores e coletivos atentem para o correto registro especificamente no Mapa Cultural do Estado da Paraíba, prevenindo equívocos que possam comprometer sua participação nos editais de âmbito estadual.

c. Encerramento

Cumprida e finalizada a pauta, o Presidente do Conselho, **Pedro Santos**, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a **VI Reunião Ordinária do Consecult, do ano de 2025**. Toda a Reunião pode ser assistida na íntegra através do Site Oficial da Secretaria de Estado da Cultura <<https://www.youtube.com/secultgovpb>>.

Pedro Daniel de Carli Santos

Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba
Secretário de Estado da Cultura

Larissa Maria da Silva Costa

Secretária Administrativa do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba